

EFEITOS COLATERAIS NA CONSERVAÇÃO: O CASO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO CAPARAÓ

Área temática: Conflitos Socioambientais

Wilson Madeira Filho
wilsonmadeirafilho@hotmail.com
Alba Simon
albasimon7@gmail.com
Cláudia Moreira Hehr Garcia
claudiahehr73@gmail.com

RESUMO: *O Consórcio Público intermunicipal aprimorou-se como ferramenta de gestão macropolítica para além de um simples instrumento de prestação de serviço. Este trabalho analisa a Microrregião de Gestão Administrativa formada por onze Municípios capixabas de pequeno porte que tiveram a realidade regional alterada por meio dos trabalhos e incentivos do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Caparaó que, por sua vez, constituiu-se por meio de uma política ambiental no entorno do Parque Nacional do Caparaó, com o objetivo de promover uma afirmação identitária regional. O trabalho destaca as alterações nos Índices de Desenvolvimento Humano locais, o aporte da marca “Caparaó” nas atividades de comércio, as políticas associadas à Agenda 21, o incremento do turismo e a participação crescente no conselho gestor do Parque Nacional.*

Palavras-chave: *Consórcio Público; Conflitos socioambientais; Parque Nacional do Caparaó; Política ambiental; Política municipal.*

INTRODUÇÃO

A política ambiental no Brasil tem passado por sucessivas fases. De experimentos aleatórios e com certo toque naturalista no século XIX, quando foi criado o Jardim Botânico (em 13 de junho de 1808) e, em seguida, no Império, com a plantação pelo Major Archer e seus escravos em 1863 da Floresta da Tijuca, passando pela importação dos modelos de unidade de conservação, nos anos 1930, em especial a categoria Parque, além de toda uma legislação de amparo, com o primeiro Código Florestal (Decreto 23.793, de 23/01/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23.672, 02/01/1934) e o Código de Águas (Decreto 24.643, de 10/07/1934), a política, capitaneada por funcionários públicos de segundo e de terceiro escalão, irá ganhar maior estrutura nas décadas de 1970, com a participação do Brasil no encontro das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972, do qual terminará por redundar a Política Nacional do Meio Ambiente, através da Lei 6.938, de 31/08/1981.

A questão ecológica ganhou então maior ritmo e passados 35 anos já se conjuga como uma das principais matrizes políticas do país. De tal modo que, após novas legislações, como o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) através da Lei 9.985, de 18/07/2000, a questão de uma colonização ambiental consagrou-se como novo ciclo de soberania de terras (MADEIRA FILHO, 2002).

Vale dizer, em certa medida as Unidades de conservação passaram a centralizar o eixo econômico e o modelo de desenvolvimento em seus territórios e em seus entornos. Esse texto busca observar como realidades regionais passaram pela necessidade de se reconfigurarem diante do modelo ecológico vigente.

Nesse sentido, a Microrregião Caparaó foi escolhida como objeto deste trabalho devido às peculiaridades que apresenta. Primeiro, porque os municípios que compõem a região estão consorciados administrativamente por meio do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Caparaó há cerca de vinte anos e, ao que tudo indica, trata-se de um dos primeiros consórcios públicos brasileiros sob a vertente “desenvolvimento sustentável”, constituído em uma época de escassez de legislações e regulamentações a respeito do assunto. Segundo, porque o cerne da criação da

Microrregião e também da formação do Consórcio Público é uma Unidade de Conservação do tipo Parque Nacional. Em outras palavras, a região de estudo foi denominada Microrregião Caparaó e o Consórcio Público Intermunicipal se constituiu em razão do reconhecimento regional da importância do Parque Nacional do Caparaó para a região de estudo.

Atualmente, a Microrregião Caparaó, situada no extremo sul do Estado do Espírito Santo, é formada por onze municípios que são: Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Iúna, Irupi, Ibitirama, Ibatiba, Alegre, Guaçuí, São José do Calçado, Muniz Freire e Bom Jesus do Norte. Sua importância como objeto de estudo encontra-se na reunião de pequenos municípios - o menor, Divino de São Lourenço, com população estimada para 2015 de 4.649 habitantes, e o maior, Alegre, com uma população estimada de 32.205 habitantes - fato que condenou levou a microrregião a uma situação político/administrativa desfavorável (IBGE, 2010).

O trabalho, estruturado com base em entrevistas presenciais com duas gestoras do Consórcio, buscará retratar, em suas linhas gerais, as transformações da Região, ponderando, nas considerações finais, possíveis correlações macropolíticas.

1. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO CAPARAÓ

A história do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Caparaó, pensado ao final de 1994 e efetivamente constituído em 1999, mistura-se à força de vontade da bióloga Dalva Vieira de Souza Ringuier, que nos últimos vinte anos esteve à frente das atividades do Consórcio. Quando, em entrevista, questionada a respeito do surgimento da ideia de formação de um consórcio público na região, ela conta que era Diretora de Educação Ambiental do Estado do Espírito Santo e que, na época, vinha à região para fazer um diagnóstico, pois é cientista social de formação e trabalhava a questão ambiental com desenvolvimento social e econômico.

IDH mais baixo do Estado, desenvolvimento econômico muito baixo, tudo, não tinha estrada pra chegar, não tinha turismo, ninguém sabia

o que era meio ambiente, o Parque todo ano queimava, pegava fogo, tinha muito índice de caça, enfim, era uma região esquecida e fazia parte do sul.¹

Com essa avaliação em mãos, Dalva Ringuier idealizou o Fórum Pró-Caparaó em doze edições. O primeiro deles, o Fórum de abertura, foi realizado na cidade de Vitória - ES, no auditório da Rede Gazeta, com a presença do Governador do Estado, dos Prefeitos dos onze Municípios² da região sul, demais autoridades e interessados. Esse primeiro fórum resultou na assinatura de um protocolo de intenções no intuito de promover o desenvolvimento da região. As outras onze edições do Fórum foram realizadas em cada um dos onze municípios sulinos, sendo a cidade de Guaçuí a primeira a receber o evento: “I Fórum Itinerante do Entorno do Parque do Caparaó”.

Esses eventos reuniam o Governo do Estado, por meio de variadas secretarias e instituições, os Municípios, ONG's, Instituições de Ensino Superior, entre outros interessados. Quando os fóruns terminaram, três grandes necessidades imediatas foram detectadas: 1) a necessidade de abrir uma Portaria do Parque Nacional do Caparaó no Estado do Espírito Santo; 2) implantar um projeto turístico, pois não existia infraestrutura e 3) criar uma Região Ecológica Modelo.

No entanto, para que fosse possível implementar os três apontamentos, era necessário confeccionar um Plano de Desenvolvimento da Região. Mas como fazê-lo? Como tirar a ideia do papel? Dalva Ringuier afirma que não fez nada sozinha. O grupo junto com ela pensou em criar uma Instituição, uma Associação, uma Fundação, mas, por fim, optaram pelo consórcio que, nessa região, era conhecido como organismo apto a pensar as atividades das bacias hidrográficas. Portanto, com intenção de atingir principalmente os três apontamentos diagnosticados nos fóruns itinerantes, o grupo começou a trabalhar na criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó, no final de 1994, e conseguiu fundá-lo em maio de 1999.

Dalva Ringuier também conta que antes de criar o Consórcio conseguiu articular a realização de três audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado. Por meio

¹ RINGUIER. Dalva Vieira de Souza. Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento Sustentável da região do Caparaó. 2015. Entrevista concedida a Claudia Moreira, Dores do Rio Preto, 16 jul. 2015.

² Em 1994 o sul do Estado do Espírito Santo ainda não possuía denominação de Microrregião Caparaó.

dessas audiências, plantou-se a ideia de se formar a Microrregião Caparaó, agora com orçamento próprio. Conta que, antes de 1995, quando o Estado não estava dividido em Macrorregiões de Planejamento e Microrregiões de Gestão Administrativa, o Estado era simplesmente Norte, Sul e Centro. E, considerando a porção Sul, duas forças políticas, os “Ferraço”, em Cachoeiro de Itapemirim, e os “Camata”, em Venda Nova do Imigrante, angariavam praticamente toda a verba destinada ao sul do Estado do Espírito Santo. No que diz respeito à região de montanha, representada por Venda Nova do Imigrante e vizinhos, a entrevistada reconhece que o investimento público foi bem projetado e aplicado. Mas em relação a Cachoeiro de Itapemirim, faz uma ressalva, apontando o surgimento de, em média, trinta bairros com características de favela, nos últimos trinta anos. Isso porque os muitos investimentos em Cachoeiro e os poucos no extremo sul do Estado induziram o êxodo à procura de melhor renda e trabalho.

Uma vez criada a Microrregião Caparaó, o conjunto municipal passou a ter orçamento próprio e foi possível, com o decorrer do tempo e muitos encontros municipais, conectando o Poder Público, o Consórcio e a população, projetar os esforços nos principais e primeiros objetivos.

A primeira atitude do Consórcio foi pleitear perante o Ministério do Meio Ambiente a abertura de uma Portaria do Parque Nacional do Caparaó pelo lado do Espírito Santo. Para tanto, e com objetivos diferentes, o Consórcio conseguiu trazer em visita ao lado capixaba do Parque três Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso. Ao primeiro, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de 1995 a 1999, foi solicitado um estudo de viabilidade para a possível abertura da portaria; ao segundo, Ministro José Sarney Filho, 1999 a 2002, foi solicitada a pavimentação da entrada do Parque; por último, o local também recebeu a visita do então Ministro José Carlos de Carvalho, nos anos de 2002 a 2003.

No dia da inauguração da Portaria Capixaba, no ano de 1998, concretizou-se uma das percepções diagnosticadas com os Fóruns Itinerantes: o local não estava apto para receber turistas. Não havia acomodação suficiente para os que vieram para a inauguração da Portaria. Daí surgiu outro grande projeto do Consórcio: o Projeto Cama & Café.

2. ESTRUTURANDO A REGIÃO ECOLÓGICA MODELO

O Projeto Cama & Café no Estado do Espírito Santo foi uma iniciativa do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) que, por meio do Consórcio, promoveu o cadastramento, treinamento e adaptou as residências interessadas para receberem turistas no formato de hospedagem informal, utilizando as próprias casas da região como se pousadas fossem.

Através desse projeto, várias famílias receberam formação especificada por meio dos cursos promovidos pelo SEBRAE/SEDETUR e o problema de hospedagem foi solucionado. Na atualidade, a região conta com hotéis e pousadas, mas as residências de Cama & Café ainda respondem por parte expressiva e são de preferência de muitos turistas devido a conjugação do preço, do contato com o município e da proximidade com a realidade regional.

Com o decorrer do tempo, o Consórcio trabalhou para a concretização da Região Ecológica Modelo e realizar um plano de desenvolvimento para a Microrregião, o que ocorreu após percorrer novamente todos os municípios realizando diagnóstico para aferir o que diretamente afetava a região impedindo-a de se projetar economicamente por meio da sustentabilidade, como por exemplo: a malha viária, que na época contava com 100 km de estradas ainda de terra batida; a telefonia móvel e a internet, cujas conexões eram impossíveis ou pouco prováveis na área; a educação ambiental entre outros. Sendo assim, lançou-se o “Programa Vale Mais. Caparaó Capixaba. Plano de Desenvolvimento Sustentável. 2006-2026”. (FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE; GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; CONSÓRCIO CAPARAÓ, 2006), cuja projeção orientou o asfaltamento e/ou pavimentação de 90% das estradas de chão da região, melhorou a sinalização, bem como ampliou a comunicação no local. Nas palavras de Dalva Ringuier, *“é isso que tem que acontecer com o interior. O interior tem que ter as suas facilidades para poder não ter que sair daqui e inchar outros lugares”*

Dando sequência aos trabalhos do Consórcio, partiu-se dos resultados encontrados por meio do primeiro diagnóstico aplicado na região na década de 1990, dos encontros realizados por meio dos Fóruns Itinerantes e os que propiciaram a construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 21) e, diante disso, o Consórcio criou, juntamente com ONG's regionais, uma Comissão Regional Ambiental e um Programa de Educação Ambiental, o qual foi aplicado no decorrer de treze anos. Nesse período, constituiu e capacitou um contingente de 3 mil agentes de educação ambiental e organizou e realizou treze encontros de Educadores Ambientais da Região.³ A entrevistada conta ainda que, na atualidade, as queimadas e a caça diminuíram, bem como, a comunidade reconhece e compreende a importância do Parque Nacional do Caparaó. Ela acredita que foi principalmente por meio dessa ação de colonização ambiental que o pertencimento pelo local se manifestou a ponto de atingir a identidade dos munícipes da região.

Na atualidade, aposentada e Conselheira do Consórcio, Dalva Ringuier conta que a prioridade agora é o saneamento básico. É um grande desafio tratar a água da região e dar ao lixo uma destinação adequada. Consta do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região que, na época, ano de 2005/2006, por meio dos dados de amostra do Censo ano 2000, o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES) chegou à conclusão de que na área rural do Caparaó capixaba “havia uma extrema carência para serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo” (FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE; GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; CONSÓRCIO CAPARAÓ, 2006, p. 69), uma vez que os moradores rurais depositavam o lixo em áreas baldias ou o queimavam a céu aberto, enquanto o esgoto era lançado em vala, rios ou lagoas. Em relação à área urbana, o estudo apontava certa melhora em relação ao perímetro rural, conforme segue:

Já para o esgotamento sanitário, o grupo de municípios compostos por Guaçuí, Ibatiba, Irupi, Iúna e São José do Calçado, apresenta baixa carência. Em situação oposta, as demais cidades apresentam alto índice de carência devido à existência de um elevado número de domicílios com lançamento direto em rio, lago ou vala. No município

³ Sobre o assunto ver: RIBEIRO, Flávia Nascimento. As tessituras da educação ambiental na região do Caparaó capixaba: a formação dos sujeitos ecológicos. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Martha Tristão. Vitória: UFEES, 2008.

de Ibitirama houve investimento recente após 2000, na ampliação da rede de saneamento na sede. (FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE; GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; CONSÓRCIO CAPARAÓ, 2006, p. 69)

No ano de 2010, o Instituto Jones dos Santos Neves apresenta o Perfil da Pobreza nas Microrregiões sul do Estado do Espírito Santo. E dentre as quatro Microrregiões existentes no sul do Estado, a Polo Cachoeiro se destaca na qualidade da prestação do serviço de esgotamento sanitário. Os resultados também demonstram que o sul do Estado do Espírito Santo possui um grande percentual de esgotamento sanitário inadequado, sendo que a região de estudo quase equipara adequado e inadequado, quando se trata de esgotamento sanitário. No que se refere especificamente aos Municípios da Microrregião Caparaó, o documento produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves aponta que os Municípios de Alegre e Guaçuí são, proporcionalmente, os mais adequados naquilo que corresponde ao esgotamento sanitário. Os demais municípios da Microrregião, quando não são apontados com uma maioria de percentual inadequado, estão quase equiparados naquilo que representa adequação ou não.

Mas, como afirmou Dalva Ringuier, o Estado do Espírito Santo obteve financiamento com o Banco Mundial para realizar investimentos de cunho ambiental em algumas áreas específicas do Estado e, dentre elas, a Microrregião Caparaó. Para tanto, o Governo do Estado criou o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, coordenado pela Secretaria de Estado Extraordinária de Projetos Especiais e Articulação Metropolitana (SEPAM) e pela Subsecretaria de Captação de Recursos (SCR), cujo objetivo é investir US\$ 323 milhões “nos municípios que integram as microrregiões do Caparaó, e as Bacias Hidrográficas dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória, cuja abrangência contempla as principais cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória.” (ESPÍRITO SANTO, 2013).

Para tanto, o Programa afirma que o Estado pretende alcançar as seguintes metas:

- a. Ampliar a cobertura florestal do Estado para 12%, correspondendo a um incremento de 5%;

- b. Ampliar a cobertura florestal nas microrregiões do Caparaó para 12,6%; e nos municípios das bacias dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória para 23,1%.
- c. Ampliar a cobertura de coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários em municípios das Bacias do Jucu e Santa Maria da Vitória de 47% para 100% e, na microrregião do Caparaó de 11,5% para 100%;
- d. Ampliar a cobertura da coleta, tratamento e destinação final dos esgotos sanitários na RMGV de 62% para 69%. (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 34, grifo nosso).

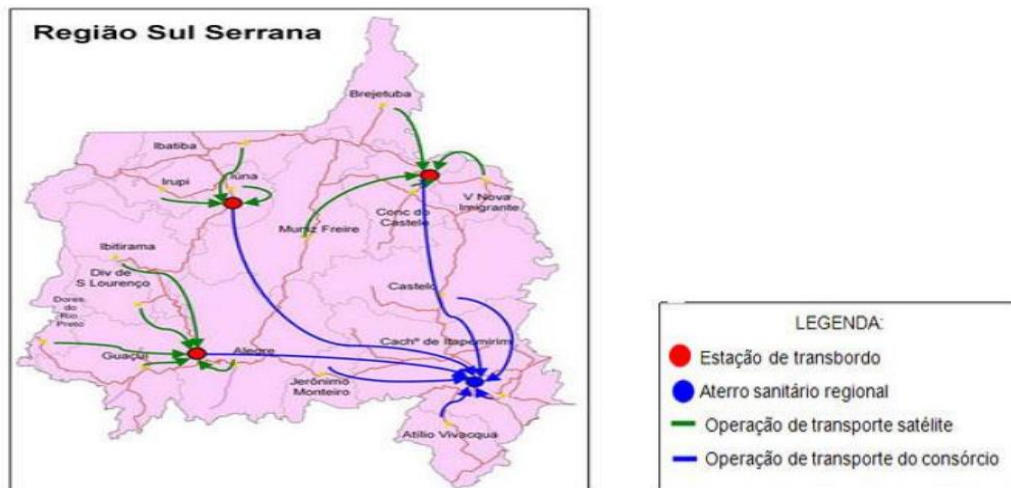
Apesar de a meta “c” informar a ampliação da cobertura e coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários da Microrregião Caparaó de 11,5% para 100%, ressalva-se que essa cobertura se dará apenas nos seguintes Municípios apontados pelo Programa: Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Irupi, Iúna e Ibatiba. Portanto, apesar dos benefícios e da possibilidade de aumento na coleta, tratamento e destinação final do esgoto caparaoense, ainda não será possível atingir 100% do serviço na Microrregião, mas é bem possível que, a partir do Programa, a Microrregião Caparaó seja a melhor em saneamento básico do sul do Espírito Santo.

Em relação ao lixo, a entrevistada afirma que em alguns Municípios já existe a coleta seletiva - atitude adotada pelos munícipes e administração pública municipal por meio da educação ambiental. Entretanto, no que se refere a resíduo sólido urbano, cabe ressaltar que a Microrregião do Caparaó está contemplada pelo projeto estadual “Espírito Santo sem Lixão”, de fevereiro de 2008, desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB). Com esse projeto, o Governo do Estado do Espírito Santo planeja alcançar 100% do tratamento do lixo do Estado.

Para tanto, o projeto dividiu o Estado em quatro Macrorregiões, restando a Microrregião Caparaoense, incluída na Macrorregião Sul Serrana, cujos municípios, por meio da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES), fundaram o Consórcio Público para Tratamento, Destinação final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Sul Serrana do Estado do Espírito Santo (CONSUL).

Conforme documento postado no site da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Estado (2008), o Projeto original trazia a seguinte logística:

Ilustração 1 – Mapeamento da Região Sul do espírito Santo no Projeto Espírito Santo Sem Lixão



FONTE: ESPÍRITO SANTO, 2008

No entanto, conforme Portal do Governo do Estado, especificamente naquilo que se refere ao Projeto Espírito Santo sem Lixão, no ano de 2010, houve a unificação da Região Sul Serrana e da Região Sul, resultando na inclusão de quatorze Municípios no CONSUL, alterando de quatro para três as Macrorregiões estaduais no Programa.

Como se trata de Programa consorciado entre Estado e três conglomerados de Municípios capixabas, cada um tem a obrigação de cumprir a sua parte. Nesse caso, cabe aos Municípios fechar seus lixões (prioritário), promover a reciclagem, implantar a coleta seletiva, recuperar áreas degradadas etc. Todavia, fechar os lixões municipais significa dar outro destino aos resíduos. Uma situação que os Municípios citados tentaram resolver em março de 2013, quando procuraram pelo Prefeito da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, na tentativa de depositar seus resíduos na Central de Tratamento de Resíduos (CTRCI) da cidade. (LIXO..., 2013, p. 5).

Muitos dos Municípios da Microrregião Caparaó ainda estão tentando se adaptar à Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, bem como aos compromissos assumidos pelo CONSUL perante o Estado do Espírito Santo. O andamento das atividades pode ser visto no site do CONSUL, no qual estão depositados todos os Termos de Compromisso Ambiental assinados perante o Ministério Público.

Nesse sentido, é importante assinalar que, no período de sua formação, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Caparaó não obteve a adesão imediata dos Municípios. Primeiro, sete dos Municípios se uniram; mais tarde, outros três também se consorciaram, o que resultou na abrangência total dos entes que compunham a referida Microrregião naquele período. Entretanto, fato curioso ocorreu. O município de Jerônimo Monteiro, ente componente da Microrregião Central Sul, localizado na divisa entre as duas Microrregiões, solicitou ao Presidente do Consórcio à época a sua filiação. Justificou o pedido retratando seu isolamento, uma vez que estava afastado territorialmente do núcleo executivo de ambas as regiões. Mas, apesar disso, manifestou sua afinidade com a Microrregião Caparaó, sendo assim o último município a se consorciar.

Portanto, o referido Consórcio conta hoje com a adesão de onze Municípios localizados no extremo Sul do Estado do Espírito Santo, que são: Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire, São José do Calçado e Jerônimo Monteiro. Juntos, esses municípios totalizam 3.900 km² de área, e uma estimativa de 193.537 habitantes, conforme Censo 2010, com estimativa para 2015, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quanto aos novos projetos do Consórcio Caparaó, a entrevistada enumerou muitos, como o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, o MOVA Caparaó, com amostra de vídeos, e a Agenda 21, cuja nomenclatura adotada foi Plano de Desenvolvimento Sustentável. Dalva Ringuier explica que, diferente daquilo que se pensa a respeito de desenvolvimento econômico para uma cidade, a Microrregião do Caparaó deve focar seu desenvolvimento econômico nos pequenos negócios, na melhoria da qualidade do café, do leite e do gado, no turismo. Isso porque a região está localizada no alto, longe da capital, de ferrovias e portos, bem como, para se chegar a qualquer cidade do Caparaó, sendo necessário fazer muitas curvas, pois a estrada é sinuosa. Portanto, tratando-se especificamente de logística, não é comum que uma indústria escolha a Microrregião Caparaó como sede.

Nessa feita, o Consórcio procura desenvolver o local por meio de outros recursos, principalmente o cultural, movimentando a economia local por meio de circuitos turísticos. Ela conta que primeiro “o Consórcio faz o diagnóstico, faz o

levantamento, e depois se chamam os parceiros para capacitar o circuito, como o SEBRAE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), as Prefeituras”. Dessa forma, atualmente o Consórcio confirma a estruturação dos seguintes circuitos: Festa Junina do Circuito Serra, Águas, Cafezais de Iúna e Irupi; Circuito do Tropeiro em Ibatiba; Circuito da Laranja e do Esporte de Aventura em Jerônimo Monteiro; Circuito da Cachoeira da Fumaça e dos Encantos do Alegre; Circuito das Cachoeiras e das Águas Verdes de Ibitirama; Circuito da Amizade em Muniz Freire; Circuito do Carro de Boi e da Literatura de São José do Calçado.

Quanto às vantagens em se consorciar, ela responde que a unificação da identidade, e com isso a conquista da representatividade regional, foi o que mais objetivou o consorciamento dos referidos municípios, uma vez que, individualmente, eles não possuíam força política devido à territorialidade mínima, o desenvolvimento precário e a política pública incipiente, o que tornava impossível conseguir recursos perante o Governo Estadual e Federal.

Dalva reconhece que o principal objetivo do Consórcio:

[...] foi dar identidade a região. A região hoje tem uma identidade, é a região que mais tem assim, uma marca que é forte, que é a região do Caparaó. E a partir dessa marca, eu vejo que foi fazer com que essa região se conhecesse, porque hoje todo mundo sabe onde mora...eh...eu moro em Iúna, mas eu sou da Região do Caparaó...[...] todo mundo aqui...eu sou caparaense. [...] Muita gente fala: eu sou da região do Caparaó. [...] Isso é pertencimento, é você reconhecer que tem uma identidade. Porque quando você tem pertencimento, que você sabe que pertence àquele lugar e que aquele lugar te pertence, você vai lutar por ele, você vai defender. É a mesma coisa...é a minha casa, eu vou cuidar da minha casa. Se o Caparaó é meu, eu vou cuidar do Caparaó. Então eu acho que isso foi a coisa mais importante que nós conseguimos fazer nesses quase 20 anos aí.⁴

Atualmente, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Caparaó está sediado no Distrito de Patrimônio da Penha, no Município de Divino de São Lourenço, e desde 01 de julho de 2015 tem como Presidente Vera Costa, Prefeita de Guaçuí, e como vice-presidente Javan de Oliveira Silva, Prefeito da cidade de Ibitirama.

⁴ RINGUIER. Dalva Vieira de Souza. Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento Sustentável da região do Caparaó. 2015. Entrevista concedida a Claudia Moreira, Dores do Rio Preto, 16 jul. 2015.

No dia 13 de novembro de 2015, estivemos com a nova Presidente do Consórcio na Prefeitura da cidade de Guaçuí - ES. Em nossa conversa, ela informou que assumira a Presidência do Consórcio há quatro meses, mas que acompanhava o trabalho da autarquia haviam alguns anos.

Questionada a respeito das ações do Consórcio, afirmou que a maior conquista foi a “marca”. Em outras palavras, ela explica:

Eu como moradora da região, o que a gente vê que ficou nítido é a marca que hoje nós temos, porque até então, se falava sul do Espírito Santo e ninguém definia onde era o sul. As pessoas quando falavam sul imaginavam Cachoeiro, porque Cachoeiro é a maior cidade da região sul. Então hoje, quando falam Caparaó, sabe-se quais são os municípios que participam do Consórcio Caparaó. Hoje nós temos uma marca que é o Caparaó. Então acho que isso foi uma definição pra nós, moradores da região, muito importante a gente ter uma marca.⁵

Sobre o futuro da Região, afirma que devido à adversidade natural, que por vezes impede ou desfavorece a chegada de empresas de grande e médio porte na área, devido à própria logística mercadológica, a Região precisa manter o foco no progresso por meio das pequenas empresas e na prestação de serviços, observando e preservando a decisão de transformação do espaço em Região Ecológica Modelo. Para tanto, será necessária a colaboração do Governo do Estado que, no momento, concentra esforços para solucionar questões hídricas e de saneamento.

No ano de 2007, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável era uma Associação Privada sem fins lucrativos, formada pela adesão de onze Municípios e quinze ONG's, cuja finalidade era a “busca do desenvolvimento sustentável, em todas as áreas de políticas públicas, com inclusão social”. (RINGUIER, 2007, informação verbal). Na atualidade, o Consórcio é uma Associação Pública, formalmente regida pela Lei 11.107/2005, formado pelos onze Municípios anteriormente citados. A autarquia possui um Presidente, um Vice-Presidente, uma Diretora Executiva, um Conselho Fiscal e outro Administrativo, eleitos pelos Prefeitos a cada dois anos.

Quanto às finalidades, o consórcio apresenta o seguinte:

⁵ COSTA. Vera Lúcia. Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó. 2015. Entrevista concedida a Claudia Moreira, Guaçuí, 13 nov. 2015.

São finalidades do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó:

I – Representar o conjunto de sócios que integram o Consórcio em assuntos de interesses comuns e de caráter Socioeconômico e Ambiental, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional;

II – Planejar, adotar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento: Socioeconômico, Ambiental, Cultural, do Turismo e da História da região compreendida em territórios dos Municípios consorciados;

III – Promover programas ou medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente na região compreendida no território dos Municípios consorciados;

IV – Promover a integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos não governamentais, órgãos governamentais e empresas privadas consorciadas ou não, destinadas à recuperação e preservação ambiental da região compreendida no território dos Municípios que compõem o Consórcio;

V - Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos Municípios formadores do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó.

VI – Promover ações culturais voltadas à realização, produção e difusão de cinema e vídeo na Região do Caparaó.

Parágrafo Único – As ações, programas e projetos de que tratam os incisos acima, para serem implantados, deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, gerenciados pela Secretária Executiva (CONSÓRCIO CAPARAÓ, 2014).

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Caparaó é um dos Consórcios Públicos ativos mais antigos do país. Foi criado em uma época de expansão do federalismo cooperativo, mas com ausência de suporte legislativo. Atualmente, representa e é reconhecido pelos Municípios Consorciados, nesses últimos vinte 20 anos, como o responsável pelo desenvolvimento da Microrregião Caparaó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado buscou sublinhar uma alteração de paradigma em relação ao modelo de gestão numa região no Sul do Estado do Espírito Santo enquanto estratégia exemplar de configurações acarretadas pelo crescendo das políticas ambientais no país. Nesse sentido, a partir de um sentimento de ausência de desenvolvimento e de estagnação local, onze municípios reuniram esforços e passaram a

elaborar políticas públicas, inicialmente no campo do turismo e, em seguida, adentrando especificidades dos serviços urbanos, como foi exemplificado na questão das políticas de saneamento, criaram, inclusive, através do termo Caparaó, uma noção não só de identidade cidadina, mas também uma estratégia de marketing político-ecológico.

Sucesso a ser atribuído à presidente visionária, modelo empresarial encontrando condições de se veicular em razão do enfraquecimento do mandonismo local ou efeitos colaterais de uma política de conservação calcada na soberania territorial estatal? As respostas não são únicas e também se consorciam. A questão, colocada para os novos modelos de gestão que trilham pelas veredas da ecosustentabilidade, implicam em relacionar modelos complexos e partir para os desafios de projetar a conservação da natureza em cenários onde a realidade local não figure nem como “vazios demográficos”, tampouco como “favelização”.

REFERÊNCIAS

COSTA, Vera Lúcia. (2015) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó. Entrevista concedida a Claudia Moreira, Guaçuí, 13 nov. 2015.

ESPÍRITO SANTO. (2008) Secretaria de Meio Ambiente. Projeto Prioritário. Espírito Santo sem Lixão. Disponível em: <http://www.meioambiente.es.gov.br/download/es_sem_lixao.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2016.

ESPÍRITO SANTO. (2013) Programa de Gestão Integrada de Águas e da Paisagem. Relatório de Avaliação Ambiental e Social – RAAS e Arcabouço para o Gerenciamento Ambiental e Social do Programa. Resumo executivo draft. MMT Planejamento e Consultoria Ltda. Versão 09 abr. 2013. Disponível em: <http://www.meioambiente.es.gov.br/download/5_Resumo_Executivo_Final.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE; GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; CONSÓRCIO CAPARAÓ. (2006). Plano de desenvolvimento sustentável: Programa Vale Mais – Caparaó Capixaba 2006-2026. Rio de Janeiro: Agência 21, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010) **Censo 2010**. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, acesso em 27 de junho de 2016.

LIXO: 28 cidades querem depositar em Cachoeiro. Jornal O Fato. Caderno de Política. Cachoeiro de Itapemirim, 9 mar. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/jornalfato/docs/jornal_fato_0903-13/5>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MADEIRA FILHO, Wilson. Colonização verde: estratégias da política florestal após o Protocolo de Quioto. In: MADEIRA FILHO, Wilson (org). **Direito e justiça ambiental**. Niterói: PPGSD-UFF, 2002, p. 217-237.

RINGUIER, Dalva Vieira de Souza. (2015). Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento Sustentável da região do Caparaó. Entrevista concedida a Claudia Moreira, Dores do Rio Preto, 16 jul. 2015.